

## 8. Advocacia e National Eleições Nacionais

A participação política das mulheres nas Honduras



*Eleitores em Gracias, Lempira, aprendendo sobre o novo sistema de voto para os membros do congresso*

Este documento fala do trabalho de advocacia da Oxfam nas Honduras, sobre os direitos políticos das mulheres e a liderança e capacitação das mulheres no campo político. Começando com uma visão geral sobre os constrangimento enfrentados pelas mulheres se estas desejarem participar na política. A seguir, o documento fala sobre a advocacia da Oxfam e as actividades da campanha durante e após o período de eleições de 2005. Tais actividades incluem “lobbying” e advocacia sobre as reformas políticas e campanhas para encorajar as pessoas a considerarem votar para candidatos femininos e a promover a liderança das mulheres e a sua capacitação política.

## Visão geral: barreiras para a participação política das mulheres

Honduras foi classificado como o terceiro país mais pobre da América Latina e das Caraíbas, após Haiti e Nicarágua. Altos níveis de desigualdade persistiram e aprofundaram, com o rendimento concentrado em poucas mãos. Oitenta porcentos da população vive em pobreza e absorve só 37 por cento do produto interno bruto (PIB) enquanto que o resto vai para os ricos.<sup>1</sup> A desigualdade de género torna as mulheres particularmente vulneráveis à pobreza limitando o seu acesso nas oportunidades de emprego, recursos e serviços públicos tais como cuidados de saúde, educação, água e saneamento. Como resultado, o rendimento das mulheres em média é só 42% do rendimento dos homens, mais baixo do que noutros países latino americanos, tais como Nicarágua e Bolívia.<sup>2</sup> A pobreza enfrentada por muitas mulheres significa que elas devem dar prioridade à obter rendimentos para o seu sustento e dos seus filhos, o que significa que têm pouco tempo para pensarem em participar na vida política. Além disso, a falta de recursos económicos significa que poucas mulheres têm dinheiro para financiarem uma campanha eleitoral.

Honduras é uma sociedade muito patriarcal onde a igreja retém influência considerável na vida social, económica e política. Espera-se das mulheres que devam as suas vidas na procuração e tomar conta das crianças e foi só relativamente recentemente que a maior parte das raparigas em Honduras começou a ir para escola. Muitas mulheres mais velhas não foram à escola. Tal situação é um constrangimento em termos da sua capacidade em participar na política, assim como a falta de apoio das famílias, comunidades e membros de partidos políticos. As mulheres rurais em particular enfrentam condições duras, muitas vezes tendo que andar longas distâncias a buscar água para as suas famílias ou acompanhar os seus filhos à escola ou visitar centros de saúde. Isso significa que muitas não têm o tempo, energia ou apoio para engajar-se em políticas.

O sistema político actual não aborda as exigências da maioria da população, particularmente as das mulheres. O sistema é caracterizado por um governo centralizado com uma estrutura de poder vertical e presidencialismo no qual o presidente tem o poder total sobre todas as instituições de estado.<sup>3</sup> A existência de um sistema com dois partidos, onde os dois maiores partidos ganham alternativamente controlo do Parlamento (apesar do facto de que há cinco partidos políticos activos) tem sido um obstáculo para o Parlamento realizar a sua função de representar a população e agir como intermediário entre o povo e o estado. Pelo contrário, os dois partidos políticos dominantes têm estado a agir nos interesses económicos dos elites aos quais estão ligados os seus líderes, continuando a não prestar contas à maioria da população e

**1** **Advocacia e National Eleições Nacionais**, Liderança & participação da Mulher, Programme Insights, Oxfam GB, Junho 2008

resistentes as reformas democráticas que podiam facilitar a promoção da igualdade de género e políticas pró-pobres. Em particular, tradicionalmente estas elites têm ignorado e marginalizado as mulheres como sujeitos políticos. Tal situação é evidente pelo facto de que após 50 anos de direito de voto das mulheres, em 2001, só 7.4 porcentos de representantes no congresso nacional eram mulheres e além de um breve período no início da década de 1980, o número de mulheres que são presidentes da câmara municipal nunca excedem dez porcentos.

‘As mulheres são discriminadas nos nossos partidos, os homens têm os seus encontros separados, eles têm os seus grupos fechados e não nos convidam. Além disso, as mulheres temem participar na política porque as pessoas começam a mentir sobre o nosso comportamento, dando-nos alcunhas e há abuso ideológico e sexual.’ (Miriam Perez, ex candidata para a presidência da câmara municipal Marcala)

## O apoio da sociedade civil à liderança política das mulheres

Neste contexto, a Oxfam trabalhou com o Movimiento de Mujeres por la Paz ‘Visitación Padilla’<sup>4</sup> e Centro de Estudios de la Mujer Honduras (CEM-H),<sup>5</sup> duas organizações feministas, numa campanha com o objectivo de mudar as políticas e práticas para aumentar a participação política das mulheres nas eleições presidenciais, congressistas e locais de 2005. A campanha consistiu em duas fases; advocacia para reformas eleitorais e a educação dos eleitores, assim como a sua mobilização durante o período eleitoral, acompanhado de esforços para encorajar os candidatos a adoptarem agendas que apoiem os direitos das mulheres e a favor dos pobres.

### Reforma eleitoral

As duas exigências centrais em termos de reformas eleitorais foram a mudança para um sistema preferencial aberto de eleição de candidatos e a introdução de 50 porcentos de quota para candidatos femininos, tanto nas eleições locais, como nas nacionais. Os partidos políticos foram também solicitados a desenvolverem planos de igualdade de género e a prestarem mais contas ao eleitorado. Finalmente, a campanha apelou para uma redução no período de campanha para facilitar as mulheres candidatas que provavelmente tinham menos tempo e recursos financeiros a participarem nas eleições.<sup>6</sup> Uma das principais estratégias da campanha foi trabalhar em aliança com uma coligação de organizações da sociedade civil que apoiaram as reformas eleitorais e que lideraram a coligação, incluindo o objectivo de representação igual na sua agenda.

Esta campanha teve sucessos. A Lei sobre a Organização Política e Eleitoral, que entrou em vigor em 2005, introduziu um sistema

preferencial aberto. Sob o novo sistema, as pessoas podem votar para candidatas a presidente e congresso de diferentes partidos, enquanto que sob o sistema velho, votar para um candidato presidencial de um partido significava votar para membros do congresso e oficiais locais do mesmo partido. Uma inovação do sistema é que este inclui fotografias dos candidatas, tornando o processo fácil para as pessoas com instrução limitada para votar. Além disso, o congresso concordou em incluir uma quota para candidatas femininas. Os esforços das mulheres congressistas do espectro político para influenciar o debate no congresso foram cruciais para esta situação. Contudo, apesar do seu trabalho duro, a percentagem foi eventualmente estabelecida em 30% não 50% sem especificar onde as candidatas femininas devem estar posicionadas na lista. Além disso, os partidos interpretaram as quotas como o número máximo.

Nas eleições primárias<sup>7</sup> de 2005, só quatro das 12 secções dos dois principais partidos políticos cumpriram com a quota. As quatro secções posicionaram as mulheres em baixas funções na lista de candidatas ou como membros<sup>8</sup> alternativos do congresso.<sup>9</sup> Deviam ser estabelecidos regulamentos garantindo a percentagem, não só sobre o número de mulheres mas também a posição de candidatas femininas nas listas eleitorais. Esta foi uma lição aprendida pelas pessoas activas na campanha, pois não é suficiente modificar as leis. A não ser que haja vontade política e um desafio com vista a acomodar nas práticas culturais, as modificações serão simplesmente ignoradas.<sup>10</sup> Além disso, embora trabalhando em aliança outras organizações da sociedade civil, com vista a assegurar que a aliança incluísse o objectivo de igual representação das mulheres tinha sido um sucesso, conforme mencionou numa das entrevistas, as várias organizações que não se focalizavam nos direitos das mulheres responderam a outros interesses. Portanto, talvez fosse mais efectivo criar uma coligação separada de organizações de direitos das mulheres para negociar as reformas.

### **Mobilização de eleitores e advocacia para os candidatas**

Após a introdução da reforma eleitoral a campanha passou para a educação do eleitorado sobre os novos procedimentos de eleições, encorajá-lo a considerar candidatas mulheres para o congresso como uma opção eleitoral, em vez de ignorá-las simplesmente com a concepção de que as mulheres não são boas líderes políticas. As principais estratégias foram: consciencializar a população sobre as novas reformas eleitorais e encorajá-la a votar e fazer advocacia nas exigências das mulheres nos seus manifestos eleitorais.

Visitación Padilla trabalhou intensamente em 14 dos 18 departamentos do país, educando as mulheres sobre os novos procedimentos eleitorais, encorajando-as a considerar votar para candidatas femininas. Tal incluiu o facto de sublinhar aos eleitores que já tinham o direito de votar para candidatas presidenciais e do

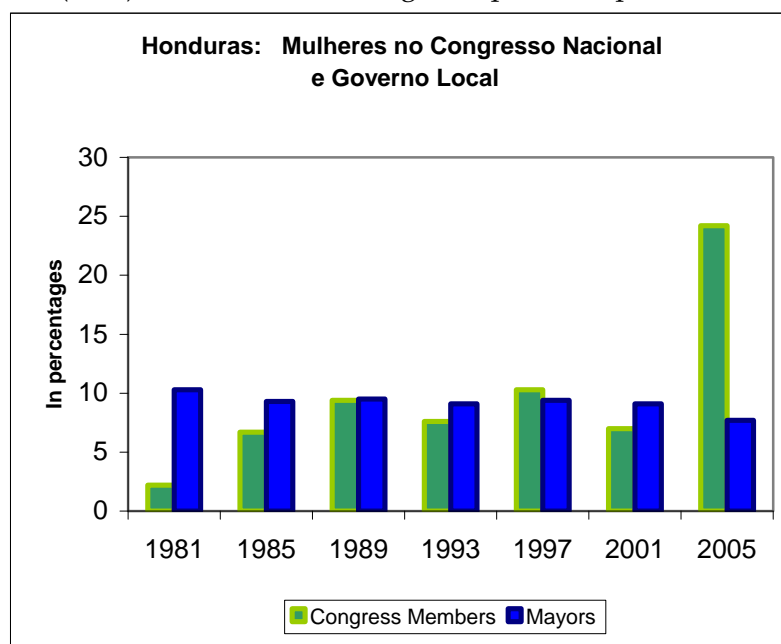
congresso dos diferentes partidos. Visitación Padilla facilitou uma série de actividades, tais como seminários nas zonas rurais para educar as mulheres sobre o novo sistema eleitoral e realizar encontros com mulheres candidatas ao congresso e as mulheres das áreas pobres para lhes permitir apresentar as suas exigências.

Por seu turno, CEM-H apelou aos candidatos a adoptarem uma agenda progressiva, com os direitos das mulheres e encorajou o eleitorado feminino à apoiá-las. O slogan da sua campanha era 'mujer ya no planches', o verbo 'planchar' tendo um significado duplo em espanhol 'passar a roupa' ou cometer um erro terrível. Assim, este slogan transmitiu a mensagem às mulheres de que elas deviam parar de fazer ambos. Esta campanha desafiou estereótipos culturais e sociais sobre o papel das mulheres, mas também convidou as mulheres a votarem para os candidatos do congresso que tinham propostas sobre questões de saúde reprodutiva, violência contra as mulheres e acesso a recursos, tais como a terra. Ligado a isso, um trabalho intensivo de advocacia foi feito entre os candidatos masculinos e femininos para os convencer a incluir as exigências das mulheres nas suas agendas. Tal envolveu a visita CEM-H a candidatos individuais dos diferentes partidos políticos para lhes consciencializar sobre os direitos das mulheres e questões da pobreza e a organização de fóruns públicos a nível local, onde as mulheres articularam as suas preocupações e apresentaram as suas exigências. Estas exigências relacionavam-se com a provisão de habitação e serviços públicos adequados e acesso à terra. Para assegurar que as mulheres mais pobres fossem capazes de participar activamente nestes fóruns, a CEM-H identificou mulheres para participarem em acontecimentos antecipadamente e providenciar formação para melhorar a sua auto-estima e preparar-lhes para falarem perante o público. Além disso, foi providenciado o transporte para os fóruns.

Uma característica importante deste trabalho foi o encorajamento dos candidatos congressistas e os candidatos para as posições municipais a assinarem pactos em fóruns locais, declarando o seu compromisso pelos direitos das mulheres e a abordar as exigências identificadas pelas mulheres nas suas constituências, particularmente em relação à pobreza, acesso à terra, habitação, serviços públicos e violência contra as mulheres. Este foi um importante método de engajar os líderes masculinos em particular, que reconheceram que incluir prioridades identificadas pelas mulheres pobres nos seus manifestos eleitorais significaria mais votos das mulheres nas suas constituências.

Entre os sucessos da campanha estava a promoção de debates públicos sobre os direitos das mulheres, um acontecimento que ocorria pela primeira vez em Honduras. Além disso, questões que eram previamente tabu tais como o aborto e direitos sexuais e reprodutivos foram inclusos nas agendas de alguns candidatos masculinos e femininos. O conhecimento aumentado das mulheres sobre o sistema político e as reformas legislativas são também

resultados importantes deste trabalho, assim como foi o facto de que as pessoas cada vez mais começaram a reconhecer candidatas femininas como uma alternativa nas eleições. O processo eleitoral encerrou em Novembro de 2005. O resultado mais visível foi um aumento significativo da participação das mulheres como candidatas eleitorais. Um total de 170 mulheres apresentaram-se para as eleições do congresso nacional, dos quais 31 foram eleitas como membros completos e 27 membros alternativos. Este foi um significativo sucesso, visto que o número de mulheres aumentou de sete por cento (2001) de membros do congresso para 24.2 por cento.



Fonte: Centro de Derechos de Mujeres (CDM) (2004) 'Mujeres en Cifras', Honduras; PNUD (2006) 'Informe sobre Desarrollo Humano Honduras 2006: Hacia la expansión de la ciudadanía'.

HOUVE menos sucesso ao nível local onde só 23 mulheres foram eleitas presidentes da câmara municipal (fora de 298 municipalidades; ou só 7.7 per cento<sup>11</sup>); menos quatro das que foram eleitas em 2001. É claro que devia ter havido mais esforços em encorajar as pessoas a votarem para candidatas femininas nas eleições municipais e do congresso.

## Mais mulheres no congresso: progresso, ameaças e desafios

As eleições gerais de 2005 representaram um progresso importante para as mulheres envolvidas na política em Honduras. Contudo, tal situação foi afectada negativamente pela chegada no poder de mulheres de elite económica, grupos conservativos e religiosos que em geral não estavam consciencializados sobre o género e estavam mais preocupados com os interesses dos seus partidos. 'Estas foram

as pessoas que fizeram mais mudanças de legislação, visto que tinham recursos económicos para a campanha e tinham também acesso às redes políticas dos dois partidos maioritários´ afirmou Suyapa Martínez da CEM-H, feminista e ex-candidata ao congresso. Pelo contrário, muitas das mulheres progressistas com quem trabalhou CEM-H e Visitación Padilla não tiveram apoio financeiro suficiente para pagar a campanha, visto que não vieram de famílias ricas e também não tinham apoio total dos partidos políticos aos quais se aliaram. Em muitos casos, as mulheres candidatas viram-se no fundo das listas eleitorais ou não foram seleccionadas, visto que os partidos não conseguiram implementar os 30 per centos de quota. Mas estes factores apontam para a necessidade de pressionar para reformas eleitorais para reduzir os custos de contestar as eleições nas Honduras, assim como assegurar que os 30 per centos da quota sejam respeitados por todos os partidos políticos e que seja mantida a pressão para aumentar a quota para 50 per centos. Num acontecimento recente e promissor, uma aliança de mulheres no congresso de mulheres, foi capaz de convencer um dos partidos mais conservadores a propor uma reforma à Lei Eleitoral que aumentaria a quota para 50 per centos.

A eleição de mulheres com antecedentes conservativos e religiosos é uma ameaça aos direitos das mulheres, visto que os grupos aos quais estão aliadas promovem políticas públicas que vão contra a liberdade cívica e reproduzem estereótipos que mantêm a desigualdade de género.<sup>12</sup> Por exemplo, a Comissão do Congresso da Família, uma facção religiosa no congresso, liderado por uma mulher da organização conservativa Católica Opus Dei, foi responsável pela introdução de duas leis que proibiam a introdução de educação sexual com uma perspectiva de género em escolas públicas, fazendo com que os professores parassem de utilizar guias sobre a educação sexual preparados pelo Ministério da Educação. Isso demonstra quão importante é reconhecer que um alto número de mulheres eleitas à posições políticas não levará automaticamente à políticas progressivas que beneficiarão outras mulheres ou outros grupos marginalizados, assim como indica a necessidade contínua de consciencializar as pessoas sobre a desigualdade de género e o seu impacto entre todos os candidatos eleitorais e oficiais eleitos consistentemente em todos os partidos políticos, em vez de trabalhar só com os que já têm agendas dos direitos das mulheres progressistas e a favor dos pobres.

Outro desafio identificado foi o facto de que encorajar as mulheres pobres a participarem na política como candidatas para as eleições é difícil no contexto social onde a maior parte das mulheres tem pouca experiências nos processos políticos, não tem acesso aos recursos, tem qualificações educacionais baixos e são analfabetas. Actividades tais como advogar aos partidos para incluírem mulheres pobres nas listas eleitorais, providenciando formação em retórica e campanha para candidatas femininas provenientes de camadas desfavoráveis,

fizeram parte de programas de Visitación Padilla e CEM-H, mas tiveram um impacto limitado. A longo prazo, uma mudança para a qual a CEM-H e os outros estão a apelar é a implementação de um sistema eleitoral e preferencial aberto ao nível local, semelhante ao que está actualmente em vigor para as eleições presidenciais e do congresso. Suyapa Martínez argumenta que isso tornaria fácil para as mulheres pobres contestarem as eleições, visto que muitas mulheres já estão activas e são bem conhecidas nas suas comunidades, ao nível das aldeias e seria provável que fossem escolhidas por partidos políticos dispostos a receber candidatos com uma alta probabilidade de vencer. Mas mesmo com reformas como estas, provavelmente continuará difícil para as mulheres pobres estarem em posições de liderança política, que derive principalmente da falta de recursos económicos e estratégicos para contestarem as eleições, mas também porque as mulheres continuam a sofrer discriminação e marginalização, assim como a enfrentar percepções rígidas sobre o seu papel que procura confirmar-lhes a esfera reprodutiva. Levará muitos anos de esforço cuidadoso e sistemático para haver mudanças de atitude de modo a que as mulheres pobres contestando as eleições tenham apoio das suas famílias, comunidades e partidos políticos.

‘O caminho é longo e difícil, temos que percorrer um longo percurso para corrigirmos [as atitudes actuais para com] o papel das mulheres na sociedade, o seu baixo nível académico, os seus três turnos por dia, as lutas diárias para sobreviver, a [influência] da igreja e a baixa auto-estima. Todos estes são obstáculos, mas podem ser ultrapassados, conforme as mulheres forem consciencializadas e empenharem-se [reconhecendo o seu valor político].’ (Gladys Lanza, Coordenadora do Movimiento por la Paz Visitación Padilla)

## Apoiando a liderança progressiva

No contexto destes desafios, o Oxfam em Honduras está a continuar a trabalhar com Visitación Padilla, CEM-H, e outra organização parceira, Centro de Derechos de Mujeres (CDM)<sup>13</sup> apoiando as mulheres líderes a advogar os direitos das mulheres. Um aspecto deste trabalho é facilitar a ligação entre as mulheres congressistas identificadas como progressivas e organizações dos direitos das mulheres, para a troca de ideias e informação. Neste contexto, os parceiros da Oxfam providenciaram apoio às organizações dos direitos das mulheres em termos de capacitar-lhes para influenciar as mulheres congressistas. Estas organizações providenciaram então formação e informação às mulheres congressistas sobre questões relacionadas com os direitos das mulheres, o que lhes pôs em melhor posição para debater leis relacionadas com os direitos das mulheres no congresso. Como um dos entrevistados comentou ‘O resultado desta aliança com os membros femininos do congresso foi que nenhum outro congresso da América Latina debateu tanto a questão



de saúde sexual e reprodutiva como Honduras'. Embora o processo ainda esteja longe do fim, estabeleceram-se precedentes em termos de melhorar a capacidade das organizações de mulheres para realizarem o trabalho de advocacia e análise profunda das questões em que trabalham.

'A estratégia de providenciar formação às mulheres que foram eleitas e oficiais públicas femininas em sector importantes ... foi fundamental, visto que em relativamente pouco tempo estas mulheres identificaram-se com a luta feminista'. (Maritza Gallardo, Coordenadora de Projecto da Oxfam durante a campanha)

Oxfam e os seus parceiros trabalharam também com mulheres que estão activas em partidos políticos, providenciando formação em liderança, organização e consciencialização sobre o género. Isso teve um impacto positivo em termos de permitir a estas activistas partidárias desempenharem um maior papel na tomada de decisão nos seus partidos, encorajando-lhes a elaborar e pressionar para planos de igualdade de género. Isso significou também que as mulheres activas em partidos políticos apoiaram as propostas das reformas eleitorais submetidas por organizações das mulheres, encorajando os seus partidos a adoptarem-nas.

Outra estratégia que está a ser implementada é o apoio às redes e organizações das mulheres, tornando-as mais efectivas em termos de influenciar a agenda pública e a elaboração de orçamento ao nível local. Algumas das actividades principais envolvidas são seminários para oficiais municipais femininos, sobre os direitos das mulheres e estratégias de advocacia, encontros com redes das mulheres para fazer planos para a monitoria dos pactos locais assinados pelos candidatos durante as eleições e encontros entre as redes das mulheres, organizações da sociedade civil e membros das municipalidades. Foram também realizados seminários para líderes femininos e oficiais municipais em planeamento de orçamento e auditoria social<sup>14</sup> com a perspectiva de género. Um resultado positivo deste trabalho foi o facto de que as políticas para aumentar a participação das mulheres foram implementadas em seis municipalidades onde a Oxfam está a trabalhar. Como resultado, as oficiais locais femininas foram capazes de participar na elaboração de orçamentos, levando à disponibilização de recursos públicos para projectos que beneficiam directamente às mulheres ao nível local.

## A capacitação política das mulheres pobres

A capacitação política das mulheres pobres foi também uma das áreas prioritárias, como reconhecimento de que as actividades anteriores não tinham sido totalmente bem sucedidas em assegurar que as suas necessidades e prioridades fossem reflectidas nas agendas das mulheres que eram eleitas para o congresso e para os

municípios. A Oxfam trabalhou nestas actividades com duas outras organizações parceiras: O Coordenador das Mulheres Rurais de La Paz (COMUCAP)<sup>15</sup> e o Instituto de Investigação Social e Advocacia (IISI).<sup>16</sup>

Uma actividade importante é o trabalho com agricultores indígenas, um dos grupos mais marginalizados da sociedade de Honduras. Em 2006, 21 agricultoras indígenas activas em COMUCAP participaram na formação numa Escola de Advocacia. Estas escolas foram abertas pelo IISI em 2003 com o apoio da Oxfam, e providenciam formação à sociedade civil e líderes comunitários. A formação é feita de acordo com as necessidades de cada organização e consiste na mistura de trabalho teórico e prático. Para esta Escola de Advocacia, IISI elaborou um programa de formação com activistas da COMUCAP, que tinham uma focalização específica de género. A formação cobriu:

- Diferentes tipos de liderança
- Políticas, leis e quadros institucionais para promover a igualdade de género
- Processos relacionados com a formação de políticas públicas (estabelecendo a agenda, formulação e monitoria), focalizando na implementação do documento da estratégia de redução da pobreza e políticas relacionadas ao acesso à terra
- A cidadania e o estado
- Estratégias para advocacia: mobilização popular, organização, educação e trabalho com a comunicação social

Foram também tomadas medidas para facilitar a participação das mulheres, tal como providenciar cuidados pelas crianças durante o curso.

Durante o encontro de avaliação, as mulheres que participaram afirmaram que sentiam-se fortes e capazes de comunicar sobre as suas necessidades e interesses às autoridades e organizações comunitárias. Elas reconheceram a importância de tentar influenciar os processos de tomada de decisão que afectam as suas vidas e tinham uma melhor compreensão dos seus direitos e responsabilidades como cidadãs e da contribuição que elas faziam à economia. Uma maior compreensão sobre como é que políticas ao nível local e nacional são formuladas e implementadas contribuiu para que as mulheres se sentissem em melhor posição de influenciar estes processos.

Como resultado da sua formação, estas mulheres elaboraram um plano de advocacia para pressionar para um maior financiamento de projectos que beneficiem as mulheres e que contribuam para a elaboração de projectos de desenvolvimento ao nível comunitário. Como o presidente da câmara municipal de Chinacla disse a um líder de COMUCAP, 'você transformaram as mulheres de Chinacla; antes

elas não participavam em encontros e agora são elas que falam mais e advogam os projectos das mulheres'. Além disso, em outros distritos, duas mulheres que participaram na Escola de Advocacia tencionam concorrer as eleições para o cargo de presidente da câmara municipal.

## Conclusões e recomendações

Apesar de avanços nas Honduras em termos de desenvolver um quadro legal para promover a participação das mulheres nos governos eleitos, a lacuna entre os direitos formais das mulheres à participação política e a experiência da maior parte das mulheres é significativa. As medidas para aumentar o número de mulheres eleitas foram bem sucedidas, mas até aqui são principalmente as mulheres ligadas às elites políticas, económicas e religiosas que beneficiarem destas medidas, levando a uma legislação que ameaça recusar os dos direitos das mulheres, em vez de apoiá-los. Por isso, a Oxfam e os seus parceiros reconheceram que para além de fazer advocacia com vista a aumentar o número de mulheres eleitos e para melhores sistemas democráticos, são também necessárias estratégias para assegurar que as mulheres e homens que são eleitas estejam cientes das questões de género, particularmente as que afectam as mulheres mais pobres e que estejam preparados a trabalhar para promover os direitos das mulheres. Assim, é importante continuar a intensificar o trabalho com as mulheres que são activas nos partidos políticos ou que sejam líderes comunitárias ou da sociedade civil que podem no futuro tornar-se representantes eleitas e líderes, para modificarem as suas ideias e crenças relacionadas com os direitos humanos das mulheres e os estereótipos sobre o papel do género.

Além disso, deve-se ter uma maior atenção em termos de permitir as mulheres pobres e indígenas estar em posições públicas para assegurar que as decisões sobre políticas reflectam as necessidades e interesses deste grupo. Tal deve incluir a formação em habilidade de liderança e como é que funciona o sistema político para promover a auto-confiança e conhecimento das mulheres pobres, ambos os quais são barreiras para a sua participação activa na política. É também necessário fazer advocacia ao nível do governo para a implementação de políticas públicas de igualdade de género, particularmente as que estão relacionadas ao maior acesso e controlo de recursos. Enquanto as mulheres continuarem a ser as mais pobres e as que têm menos tempo, capacidade e experiência, elas continuarão a ser marginalizadas da vida política do país.

*Este documento é baseado tanto em fontes primárias como em secundárias. As fontes primárias consistem em entrevistas realizadas com as mulheres envolvidas neste programa, incluindo coordenadoras de organizações das mulheres, directores de projectos e candidatos que participaram nas eleições de 2005.*

## Notas

<sup>1</sup> Institute of Social Studies (2006) 'Evaluación de la Estrategia de Reducción de la Pobreza en América Latina, Informe de País: Honduras, 2006'.

<sup>2</sup> PNUD (2006) 'Informe Sobre Desarrollo Humano Honduras 2006: Hacia la expansión de la ciudadanía'; Institute of Social Studies *op.cit.*

<sup>3</sup> Civic Movement for Democracy (2003).

<sup>4</sup> Movimiento de Mujeres por la Paz 'Visitación Padilla', or Women's Peace Movement, foi estabelecido em Janeiro de 1983 com o objetivo de consciencializar o povo das Hondurans sobre a presença militar dos Estados Unidos no país e os perigos de uma guerra regional. O principal objetivo de Visitación Padilla é contribuir para a transformação das estruturas que dificultam a participação total e igual das mulheres em todas as áreas de desenvolvimento. A organização trabalha particularmente na provisão de apoio às mulheres que enfrentaram a violência e na promoção da participação das mulheres como cidadãs activas. Visitación Padilla é composta por grupos de base de mulheres activas por todo o país.

<sup>5</sup> Centro de Estudios de la Mujer Honduras (CEM-H) foi fundada em 1986 como uma organização civil sem fins lucrativos e sem laços políticos e religiosos. A missão da organização é contribuir para a eliminação das diferentes formas de discriminação e violência contra as mulheres; promover e contribuir para a transformação das estruturas económicas, sociais e culturais do país para construir uma sociedade mais inclusiva, sem pobreza, mas com justiça social e igualdade de género; e para permitir uma cidadania completa e os direitos humanos das mulheres.

<sup>6</sup> M. Kennedy (2006) 'Situación de la Equidad de Género en Honduras', Hwww.cemh.org.hnH (o último acesso foi em Novembro de 2007).

<sup>7</sup> In Honduras, antes das eleições gerais, os dois principais partidos políticos realizam eleições 'primárias' para decidir quem é que será o candidato para presidente, vice-presidente, congresso e as municipalidades nas eleições gerais. Os candidatos Internos representam os diferentes grupos políticos dentro dos principais partidos; em 2005, oito grupos apresentaram candidatos nas eleições primárias para o Partido Liberal e quatro grupos apresentaram candidatos para o Partido Nacional. Todos os eleitores registados são elegíveis a tomar parte no processo. Os três outros partidos têm processos alternativos de selecção de candidatos que não são abertos para os eleitores dos partidos de fora.

<sup>8</sup> Quando um membro completo do congresso está ausente, um membro alternado substitui-o. Quando isso acontece, o membro alternativo tem os mesmos direitos e responsabilidades que o membro completo.

<sup>9</sup> Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos (2005) 'Una mirada al proceso electoral primario 2005'.

<sup>10</sup> M. A. Martínez (2004) 'Ponencia en el Foro Mujeres en Espacios de Toma de Decisiones'.

<sup>11</sup> PNUD (2006) *op.cit.*

<sup>12</sup> Centro de Derechos de Mujeres (2007) 'Memoria Foro Mujeres en Espacios de Toma de Decisiones', Tegucigalpa, Honduras, 21–23 Julho de 2004, pp. 72–9.

<sup>13</sup> Estabelecido em 1992, o Centro de Derechos de Mujeres (CDM) é uma organização feminista que promove e defende os direitos das mulheres. A sua missão é contribuir para a transformação dos valores, atitudes e práticas que discriminam contra as mulheres para edificar uma sociedade mais justa e igual. As principais áreas do CDM são a violência doméstica e sexual, direitos de trabalho, direitos reprodutivos e sexuais, educação não sexista e a participação dos cidadãos.

<sup>14</sup> The process of social auditing allows an organisation or institution to monitor the social, economic, and environmental impact of its activities. For more information see [www.socialauditnetwork.org.uk/what%20.htm](http://www.socialauditnetwork.org.uk/what%20.htm) (o último acesso foi em Novembro de 2007).

<sup>15</sup> O Coordenador das Mulheres Rurais de La Paz (COMUCAP) foi estabelecido em 1993 por seis mulheres que estavam preocupadas com as suas condições de vida e as de outras mulheres indígenas de Lenca. A organização agora tem mais de 250 membros e 16 grupos locais em quatro municipalidades em La Paz, um dos cinco departamentos mais pobres (ou províncias) nas Honduras. A missão da COMUCAP é promover e defender os direitos dos seus membros e das suas famílias, assim como apoiar a produção e o processamento de produtos orgânicos (principalmente café e aloe vera) para venda no mercado internacional. A COMUCAP trabalha também no sentido de desafiar a violência contra as mulheres.

<sup>16</sup> O Instituto Social de Investigação e Advocacia (IISI) está activa desde os finais de 1990. O seu objectivo é fortalecer as habilidades de advocacia nas organizações da sociedade civil e ajudá-las a estabelecer uma relação mais influencial com o estado. Para este fim, IISI tem Escolas de Advocacia para os membros da comunidade e activistas. 'O nosso ênfase está no processo de advocacia e multiplicar a aprendizagem. Esta é a chave', afirmou Salvador Segovia, facilitador da IISI. A formação em advocacia equipa os líderes comunitários com estratégias, habilidades e metodologia de trabalho, o que significa que eles são capazes de melhorar a sua habilidade de advocacia, as suas relações com a comunicação social, a sua capacidade de influenciar a opinião pública e as suas alianças com outras organizações.

Fotografia de capa: Merly Eguigure

© Oxfam GB, Junho 2008

Este documento foi redigido por Maite Matheu. Faz parte de uma série de documentos escritos para informar o debate público sobre as questões de desenvolvimento e política e humanitária. O texto pode ser livremente utilizado para fins de campanha, educação e pesquisa desde que a fonte seja totalmente reconhecida. Para mais informações, contacte o seguinte email: [publish@oxfam.org.uk](mailto:publish@oxfam.org.uk)

Online ISBN 978-1-84814-048-8. Este documento faz parte de um conjunto da **Aprendizagem para Acção sobre a Liderança e Participação das Mulheres** disponível para compra na Oxfam Publishing ou nos seus agentes, print ISBN 978-0-85598-626-1 para um conjunto de 9 documentos, mais a secção sobre Recursos Úteis. Para mais informações visite [www.oxfam.org.uk/publications](http://www.oxfam.org.uk/publications)

Este documento encontra-se igualmente disponível em Francês e Espanhol.

## Oxfam GB

A Oxfam GB é uma organização de desenvolvimento, de auxílio e de campanha que trabalha com outras na procura de soluções duradouras para acabar com a pobreza e com o sofrimento no mundo. A Oxfam GB é membro da Oxfam International.

Oxfam House  
John Smith Drive  
Cowley  
Oxford  
OX4 2JY

Tel: +44.(0)1865.473727  
E-mail: [enquiries@oxfam.org.uk](mailto:enquiries@oxfam.org.uk)  
[www.oxfam.org.uk](http://www.oxfam.org.uk)